

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO
RECURSO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA
EMPRESAS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE
CONSULTORIA E INSTRUTORIA 01/2017 –
SEBRAE/MT REQUERIDO PELA EMPRESA NOVA
ERA CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL
E EMPRESARIAL LTDA ME .**

A Presidente e Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT, instituída nos termos da Portaria nr 41/2017 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, a decisão tomada em referência ao **RECURSO** requerido pela empresa **NOVA ERA CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL E EMPRESARIAL LTDA ME .**

1. DO RECURSO

Trata-se de Recurso ao EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA 01/2017 – SEBRAE/MT, impetrado pela empresa **NOVA ERA CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL E EMPRESARIAL LTDA ME**, cujo objeto é o **Credenciamento de Pessoas Jurídicas** para integrarem o **Cadastro de Prestadores de Serviços de Consultoria e Instrutoria do SEBRAE/MT**, Sob Demanda, realizados pelo SEBRAE/MT ou em outras localidades indicadas pelo SEBRAE/MT, conforme especificações contidas no instrumento convocatório e seus demais anexos.

O recurso foi recebida tempestivamente em 30/03/2018, via e-mail.

A recorrente **NOVA ERA CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL E EMPRESARIAL LTDA ME** alegou:

1. Solicita informações a respeito de não ter sido habilitada em Gestão Ambiental por divergência em atestados de capacidade técnica.

É o relatório.

2. DO JULGAMENTO

2.1 - PRELIMINARMENTE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos,

instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”.

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidos daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Da análise realizada, vemos que assiste razão a empresa, visto que após reanálise foi constatado que os atestados apresentados contemplam a quantidade de horas suficientes para habilitação na ÁREA: Sustentabilidade, SUBÁREA: Gestão Ambiental, NATUREZA: Instrutoria e Consultoria.

Em razão do exposto, a Comissão de Avaliação do Sistema de Gestão de Fornecedores – SGF do SEBRAE/MT **recomenda** à Autoridade Competente considerar **PROCEDENTE** o recurso apresentado e ora analisado, conforme acima.

Cuiabá/MT, 05 de Abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

Zaira Pereira de Melo

Presidente da Comissão CASGF do SEBRAE/MT

[Documento original assinado no processo]

Jonilson Anelli

Membro da Comissão CASGF

[Documento original assinado no processo]

Adriana Rodrigues da Silva

Membro da Comissão CASGF

Em 05 (cinco) de abril de 2018, eu Diretor-Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **PROCEDENTE** o RECURSO₁ apresentado pela empresa **NOVA ERA CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL E EMPRESARIAL LTDA ME**, mantendo-se a decisão da Comissão do SEBRAE/MT referente ao EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA 01/2017 – SEBRAE/MT, conforme consta em ata anexa ao Edital.

Cuiabá/MT, 05 (cinco) de abril de 2018.

[Documento original assinado no processo]

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO

Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso